ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCPI Nº 2022/000036

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: ARLEON CARLOS

EMENTA:FISCALIZAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 02 (DOIS) ANOS E CENSURA PÚBLICA NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA “G” DO DL 9.295/46. **1.** A AUTUADA É PRIMÁRIA, SOBE EM GRAU DE RECURSO VOLUNTÁRIO, VEM EM CONTESTAÇÃO AO APENAMENTO APLICADO, CONFORME FLS. 124, ONDE A INTERESSADA, VEM REQUER A EXCLUSÃO DA PENA DE SUSPENSÃO DE 02 (DOIS) ANOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POIS NÃO HÁ AÇÃO PENAL E RESPEITO A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.**2.** CONFORME SE VERIFICA, AS FLS. 142, EM DEPOIMENTO A INTERESSADA DECLARA QUE PRESTAVA SERVIÇO E RECEBIA PELO MESMO DE FORMA INDIRETA, TAMBÉM ERA FUNCIONÁRIA DO MUNICÍPIO E ASSESSORAVA TODO O ENCAMINHAMENTO DE LIBERAÇÕES DE RECURSOS, AOS DEPOIS EFETUAVA GESTÃO COMO PROFISSIONAL.**3.** APESAR DA INTERESSADA NÃO ESTAR CONDENADA COM TRÂNSITO EM JULGADO, A FARTA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA JUNTADA PELO SISTEMA POLICIAL E TRIBUNAL DE CONTAS, SÃO MAIS QUE SUFICIENTES PARA A COMPROVAÇÃO DE ATOS CONTRA A LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL, POIS AS IRREGULARIDADES APRESENTADAS FEREM O ARTIGO 27 DO DL 9295/46, LEVANDO A IRREGULARIDADES DE ESCRITURAÇÃO, NO SENTIDO DE FRAUDAR OU OBTER BENEFÍCIO PRÓPRIO

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO: RECEBO O PRESENTE RECURSO VOLUNTÁRIO, PARA NO MÉRITO **NEGAR PROVIMENTO**, COM A MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA REFERENTE AO FATO ÚNICO - POR PRÁTICA DE ATOS IRREGULARES, COM PENALIDADE DE **SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 02 (DOIS) ANOS E CENSURA PÚBLICA**, CONFORME ALÍNEAS “D” E “G” DO ARTIGO 27 DO DECRETO LEI 9.295/46. DECISÃO UNÂNIME, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 393ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 452ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 08/02/2022.